



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 65/XIV/3.ª SL

Aos dois dias do mês de novembro de 2021, reuniu, pelas 14 horas e 30 minutos, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala dez do Palácio de S. Bento e por videoconferência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação de Parecer sobre suspensão e substituição de mandato de Deputado

2 – Ponto de situação sobre as alterações ao formulário dos Registos de Interesse

3 – Aprovação da ata n.º 64, de 26 de outubro

4 – Diversos

O Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS)** deu início à reunião entrando no ponto 1 da ordem de trabalhos, no qual submeteu a apreciação da Comissão o parecer relativo à suspensão de mandato do Senhor *Deputado Filipe Pacheco (PS)*, pelo período máximo de 180 dias, a contar a partir do dia 28 de outubro, e sua substituição. Após a sua apreciação, foi o mesmo submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

Seguidamente o Senhor Presidente colocou à apreciação da Comissão o Parecer de convocação da substituição temporária do Senhor *Deputado António Topa (PSD)* em substituição definitiva, a partir do dia 31 de outubro, passando a assumir o mandato o Senhor Deputado Rui Cruz. Não merecendo observações, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

A reunião prosseguiu com o ponto 2, no qual o Senhor Presidente fez um enquadramento da proposta de resposta do Grupo de Trabalho do Registo de Interesses, ao Senhor Secretário-Geral, quanto às questões colocadas pela DTI relativamente aos dados de acesso reservado - decorrentes da mais recente alteração à Lei n.º 52/2019 de 31 de julho



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 65/XIV/3.ª SL

- constantes do novo formulário do registo de interesses, e pela DGF relativamente ao processamento dos abonos quando é declarado o regime de exclusividade.

Referi o Senhor Presidente que em conformidade com a lei, os dados de acesso público são de publicar e os de acesso reservado não podem ser publicados, não permitindo a lei que neste último caso os mesmos sejam publicados por vontade do declarante. Propôs adequar a proposta de resposta ao Senhor Secretário -Geral naquele sentido.

A Senhora **Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)** no uso da palavra, solicitou que este ponto fosse agendado para apreciação da mesa e coordenadores, em reunião a agendar com a maior brevidade possível, dada a impossibilidade de o Senhor Deputado André Coelho Lima (PSD) estar presente na reunião, sendo ele quem tem acompanhado esta matéria por parte do GP do PSD.

A proposta apresentada não mereceu oposição dos demais grupos parlamentares, pelo que no entender do **Senhor Presidente**, a Mesa e Coordenadores ficou mandatada, pela Comissão, para consolidar a resposta a dar ao Senhor Secretário-Geral.

Entrando no ponto 3 da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente colocou a ata n.º 64 à apreciação da Comissão, finda a qual foi submetida à votação e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

Finalmente entrou-se no ponto 4, no qual o Senhor Presidente informou que seguiriam para votação em Plenário as autorizações concedidas pela Comissão para os Senhores *Deputados Fernando Negrão (PSD) e Bebiãna Cunha (PAN)* prestarem depoimento, na qualidade de testemunhas.

Dado o contexto atual de previsível dissolução da Assembleia da República, o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão, a possibilidade de serem fechados alguns dos processos legislativos pendentes em Comissão, nomeadamente os relativos à matéria do *lobbying* e do enriquecimento não declarado.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 65/XIV/3.ª SL

Para se pronunciarem sobre esta matéria usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Francisco Pereira Oliveira (PS), José Manuel Pureza (BE), João Oliveira (PCP), Nelson Silva (PAN) e Sara Madruga da Costa (PSD).

Os Senhores **Deputados Francisco Pereira Oliveira (PS), Pedro Delgado Alves (PS), e Nelson Silva (PAN)** informaram que já se encontrava a ser ultimado, pelos proponentes - PS, CDS-PP e PAN -, um texto comum relativamente às iniciativas do *lobbying*, pelo que existiam condições para este processo legislativo ser concluído antes do final da Legislatura. Quanto às iniciativas legislativas relativas ao enriquecimento não declarado, manifestaram existir um largo consenso em muitos pontos, pelo que, julgavam existir abertura política suficiente para também este processo legislativo ser concluído antes do final da Legislatura. Recordou ainda o Senhor **Deputado Francisco Pereira Oliveira (PS)** que nesta matéria apenas não são proponentes o Chega e a Senhora Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira, o que é revelador do amplo consenso e reconhecimento que existe quanto à pertinência de legislar sobre a matéria, pelo que, seria muito positivo e útil que o Parlamento concluísse este processo legislativo.

O Senhor **Deputado José Manuel Pureza (BE)**, concordou com as considerações feitas pelos seus antecessores quanto ao processo legislativo do enriquecimento não declarado. Já quanto ao *lobbying*, considerou que não era oportuno apressar um processo legislativo com aquela sensibilidade, não obstante o GP do BE já ter assumido, publicamente, ser totalmente contra todas as iniciativas.

A Senhora **Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)** pediu, mais uma vez e pelo motivo já explicitado anteriormente, que esta matéria fosse igualmente abordada em reunião de mesa e coordenadores a agendar com a brevidade possível, uma vez que o GP do PSD não se encontrava em condições de tomar posição sobre ela, por ausência do seu coordenador, Deputado André Coelho Lima.

O Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** disse que o seu GP não se iria opor ao avanço de qualquer um dos dois processos legislativos, mas manifestou preocupação com o facto de os mesmos se encontrarem em fases distintas: o *lobbying* foi aprovado na generalidade,



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 65/XIV/3.ª SL

enquanto o enriquecimento não declarada baixou à Comissão sem votação. Disse que em seu entender seria difícil a Comissão conseguir um texto comum para o *lobbying*, no entanto, o PCP já tomou posição sobre a matéria, sendo frontalmente contra as três iniciativas.

Em resposta ao Senhor Deputado João Oliveira, o Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**, disse discordar com o seu antecessor, na medida em que considerava que uma aproximação entre os proponentes das iniciativas do *lobbying* estava mais facilitada em virtude de as iniciativas já terem sido votadas e aprovadas na generalidade, pelo que, se tratava apenas de acertar uns detalhes entre os proponentes, o que já estava a ser feito na proposta de texto comum que se encontrava em circulação para recolha de contributos. Reconheceu, todavia, que o calendário para a eleições legislativas antecipadas a fixar pelo Senhor Presidente da República, iria condicionar os trabalhos da Comissão, pelo que propôs que a reunião de mesa e coordenadores tivesse lugar após ser conhecido este calendário.

Ouvidos os diversos Grupos Parlamentares o Senhor Presidente da Comissão propôs que a reunião de mesa e coordenadores fosse agendada para quinta-feira, dia 4 de novembro após plenário, o que mereceu o consenso de todos os presentes.

Concluído os trabalhos, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião.

A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 5 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e ovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de novembro de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Jorge Lacão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 65/XIV/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Francisco Pereira Oliveira (PS)

Isabel Alves Moreira (PS)

Jorge Lação (PS)

Pedro Cegonho (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)

Rita Borges Madeira (PS)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Pedro Rodrigues (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Sofia Matos (PSD)

José Manuel Pureza (BE)

João Oliveira (PCP)

Nelson Silva (PAN)

João Azevedo (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Magalhães (PS)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 65/XIV/3.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima (PSD)

Pedro Filipe Soares (BE)